

CURSO DE CAPACITAÇÃO *em gestão Pública* PRESENCIAL

MUNICÍPIOS E BEM-ESTAR ANIMAL



BELO HORIZONTE MG



1 A 4 DE SETEMBRO DE 2026



Garanta já sua inscrição!

As inscrições para nossos cursos são realizadas exclusivamente por meio de links específicos. Para mais informações, entre em contato conosco através de nossos telefones. Será um prazer atendê-lo.



(31) 9 9607-5657

(35) 9 9951-6549

(35) 9 9131-0750

(35) 9 9805-2290

secretaria.forcetreinamentos@gmail.com



PROGRAMAÇÃO

MUNICÍPIOS E BEM-ESTAR ANIMAL

DIA 1 TERÇA-FEIRA CREDENCIAMENTO 15 ÀS 17H

Credenciamento e entrega de Materiais, orientações práticas

Palestrante: Julio Firmino da Rocha Filho

DIA 2 QUARTA-FEIRA DAS 08H ÀS 12H

MÓDULO I – FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS E COMPETÊNCIAS MUNICIPAIS

Constituição e proteção animal. O art. 225 da Constituição Federal e a vedação à crueldade contra os animais (inciso VII, § 1º). Competência comum dos entes federados para proteger o meio ambiente (art. 23, VI e VII). A proteção animal como dever do poder público. Competência municipal para legislar sobre interesse local (art. 30, I) e suplementar a legislação federal e estadual (art. 30, II). Limites e possibilidades da atuação legislativa municipal. A senciência animal como fundamento ético-jurídico. Animais como sujeitos de direitos (jurisprudência nacional e estrangeira). **DEFINIÇÃO DO QUE O MUNICÍPIO PODE E DEVE FAZER.**

DIA 3 QUINTA-FEIRA DAS 08H ÀS 12H

MÓDULO II – MARCOS LEGAIS E OBRIGAÇÕES CONCRETAS

Legislação aplicável: Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/98), com especial atenção aos crimes de maus-tratos (arts. 29 a 37); Lei 9.795/99 (Política Nacional de Educação Ambiental); Lei 13.426/2017 (Programa de Controle de Reprodução de Cães e Gatos). Análise de legislações de Estados e Municípios. Obrigações concretas dos municípios: acolhimento de cães e gatos; criação de canis e gatis públicos; políticas de castração; atendimento veterinário; convênios com organizações da sociedade civil. Conselhos de Proteção Animal. **A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA PÚBLICA.**

DIA 4 SEXTA-FEIRA DAS 08H ÀS 12H

MÓDULO III – JURISPRUDÊNCIA DO STF, JUDICIALIZAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Análise aprofundada da decisão do STF no ARE 1.586.753/SP (Caso Catanduva). Contexto fático e histórico. Obrigação municipal na adoção de medidas efetivas para acolhimento de animais. Atuação do Ministério Público. A judicialização da proteção animal: experiências e práticas para evitar a responsabilização do ente municipal e dos agentes públicos. Elaboração de políticas públicas municipais: diagnóstico, planejamento, execução e monitoramento. **ATUAÇÃO DE EXECUTIVO E LEGISLATIVO, COM MEDIDAS DE PREVENÇÃO E SEGURANÇA JURÍDICA.**

Material Didático Personalizado;



Atividades práticas com foco na metodologia de aprendizagem;
Networking; Coffe Break; Certificado de Conclusão impresso.

NOSSO PROFESSOR



JULIO FIRMINO DA ROCHA FILHO

Público Alvo da Force: Vereadores, prefeitos, vice-prefeitos, secretários, procuradores, assessores, diretores de câmara, chefe de gabinete, contador, controle interno, ouvidor, secretários, equipe de assessoria do legislativo e executivo, servidores públicos em geral e demais profissionais interessados no tema.



SUGESTÕES DE HOSPEDAGEM

(parcerias próximas ao local do evento)

HOTEL SAMBA VINTAGE



0800 960 8526

HOTEL MONTE CARLO

(31) 9 8421-6878

HOTEL MOVE BH



(31) 3157 5529

Local do Curso

Edifício Acaiaca

Av. Afonso Pena, 867, 6º
andar Sala 615 a 622

Centro, Belo Horizonte - MG

FECON-MG - Federação dos
Contabilistas do Estado de
Minas Gerais.

R\$ 1.549,99 Investimento
por inscrição

 @force.treinamentos

 forcetreinamentos



www.forcetreinamentos.com.br

CAPACITAÇÃO
em gestão Pública

Force Treinamentos e Consultoria, Rua: Antenor Chagas nº 68 A, Centro
Santana da Vargem - MG CEP: 37 195 000 CNPJ: 40 223 681 0001/71